

AS IDEIAS DE ROUSSEAU NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO COM AUTORES
ESTRANGEIROS PUBLICADOS NO BRASIL (1939-2010)¹

*The ideas of Rousseau in the manuals of the History of Education of foreign authorship published in Brazil
(1939-2010)*

Décio Gatti Júnior²

RESUMO

Neste artigo, o objeto privilegiado foi o ideário rousseauiano contido nos diferentes manuais de História da Educação com autores estrangeiros que foram traduzidos para o português e publicados no Brasil entre os anos de 1939 a 2010, o que incluiu o exame de doze obras. As ideias de Rousseau e suas influências sobre uma plêiade multifacetada de teorias e de práticas políticas e educativas ao longo do tempo mereceu destaque nas obras analisadas, muitas delas, com capítulos inteiros dedicados ao autor e a sua influência sobre políticos, educadores, instituições e práticas escolares. Todavia, dada esta mesma centralidade, os autores dos manuais didáticos analisados não poucas vezes se manifestaram favoravelmente ou desfavoravelmente ao pensamento de Rousseau. Assim, constatou-se que apenas uma pequena parte dos manuais teve êxito no estabelecimento de relações entre as ideias políticas, educacionais e pedagógicas em Rousseau. Constatou-se ainda que houve predomínio de análises que privilegiaram o pensamento rousseauiano como precursor do desenvolvimento futuro da psicologia do desenvolvimento humano, com destaque para a psique infantil. Outras análises ainda foram muito críticas em relação as ideias educativas de Rousseau e as ideias liberais de modo geral, o que se deve ao corte analítico enviesado por forte crítica ideológica, seja a do espectro católico tradicional ou a do espectro comunista.

Palavras-Chave: História; Educação; Disciplina; Manual; Rousseau.

ABSTRACT

In this article, the object of focus was the Rousseauian ideology contained in the different manuals of History of Education of foreign authorship that were translated to Portuguese and published in Brazil from 1939 to 2010, which included the examination of twelve works. The ideas of Rousseau and their influence on a multifaceted host of political and educational theories and practices over time are worthy of note in the works analyzed, many of them with entire chapters dedicated to the author and his influence on politics, educators, institutions, and school practices. However, given this very centrality, the authors of the teacher's manuals analyzed did not infrequently manifest their favor or disfavor in regard to Rousseau's thought. Thus, it was found that only a small portion of the manuals were successful in establishing relationships between the political, educational, and pedagogical ideas in Rousseau. Moreover, it was found that there was a predominance of analyses that upheld Rousseauian thought as a precursor to the future develop-

¹ Trabalho vinculado ao desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado "Manuais de História da Educação no Brasil: entre finalidades ideais e realidades pedagógicas na formação dos educadores brasileiros no Século XX", apoiado pelo CNPq e pela Fapemig e desenvolvido no âmbito das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Disciplina História da Educação (Gepedhe).

² Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio de pós-doutorado concluído na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. E-mail: degatti@ufu.br

ment of the psychology of human development, with an emphasis on the child's psyche. Other analyses were even very critical in relation to the educational ideas of Rousseau and liberal ideas in a general way, which is owing to the analytical viewpoint strongly biased by critical ideology, whether from the traditional Catholic perspective or from the communist perspective.

Keywords: History; Education; School Subject; Manual; Rousseau.

Introdução

Este artigo objetiva comunicar os resultados de um estudo no campo da História Disciplinar da História da Educação, cujo objeto privilegiado foi o ideário rousseauiano contido nos diferentes manuais de História da Educação com autores estrangeiros que foram traduzidos para o português e publicados no Brasil no século XX, entre os anos de 1939 e 2010, o que incluiu o exame de doze diferentes obras, conforme apresentado no **Quadro 1**.

Quadro 1 - Obras de História da Educação analisadas, ordenadas conforme o ano de publicação da 1ª. edição brasileira, com informações sobre ano da 1ª edição no país de origem, autor(es), tradutor(es), título, coleção, série e editora.

Ano da 1ª.ed. brasileira	Ano da 1ª.ed. original	Autor(es)	Tradutor(es)	Título da 1ª. edição publicada no Brasil	Coleção, série e editora da 1ªed. publicada no Brasil
1939	1907	Paul Monroe (1869-1947)	Nelson Cunha de Azevedo	História da Educação	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 34. Companhia Editora Nacional: São Paulo
1951	1925	Louis Riboulet (1871-1944)	Justino Mendes	História da Pedagogia	Coleção de Livros Didáticos – F.T.D. Livraria Francisco Alves; Editôra Paulo de Azevedo Ltda.
1954	1948	Roger Gal (1906-1966)	Lívio Xavier	História da Educação	Coleção "Saber Atual". Difusão Européia do Livro: São Paulo.
1955	1951	Lorenzo Luzuriaga (1889-1959)	Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna	História da Educação e da Pedagogia	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 59. Companhia Editora Nacional: São Paulo.
1957	1949	René Hubert (1885-1954)	Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna	História da Pedagogia	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 66. Companhia Editora Nacional: São Paulo.

1962	1952	Frederick Eby (1874-1968)	Maria Angela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide	História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais (séc. XVI – séc. XX)	Editora Globo: Porto Alegre
1963	1937	Aníbal Ponce (1898-1938)	José Severo de Camargo Pereira	Educação e Luta de Classes	Coleção de Estudos Sociais e Filsóficos. Editôra Fulgor: São Paulo.
1970	1944	Francisco Larroyo (1908-1981)	Luiz Aparecido Caruso	História Geral da Pedagogia, Tomo II, com apêndice sobre a Pedagogia no Brasil de Célio Cunha	II Tomos. Editora Mestre Jou: São Paulo.
1974-7	1971	Maurice Debesse (1903-1998) Gaston Mialeret (1918-) Observação: Texto sobre Rousseau escrito por Georges Snyders (1917-2011).	Carlos Rizzi, Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna	Tratado de Ciências Pedagógicas 2: História da Educação	Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas (2º. volume dentre 8), v. 114. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
1989	1983	Mario Alighiero Manacorda (1914-2013)	Gaetano Lo Monaco	História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias	Cortez Editora: São Paulo.
1999	1995	Franco Cambi (s/i)	Álvaro Lorencini	História da Pedagogia	Encyclopaideia. Editora UNESP: São Paulo.
2010	2005	Clermont Gauthier (s/i) Maurice Tardif (s/i). Observação: Texto sobre Rousseau escrito por Stéphane Martineau (s/i).	Lucy Magalhães	A pedagogia. Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias	Editora Vozes: Petrópolis/RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor.

1. Sobre os manuais de História da Educação

O exame das finalidades educacionais que sustentam a operação escolar e de formação do cidadão na Modernidade, pode ser realizado a partir da observação das ideias educacionais de um conjunto vasto de personagens e de grupos, que envolvem, ao longo do tempo, filósofos, clérigos, políticos, médicos, educadores etc., mas, também, das leis e das reformas educativas, dos programas de ensino e dos manuais escolares.

Quanto ao exame da realidade pedagógica, outras fontes deveriam ser acionadas, incluindo, as avaliações realizadas, os cadernos dos alunos, os diários dos professores e, quando possível, os depoimentos de professores e de alunos.

Os manuais escolares, estão, deste modo, entre as fontes que permitem enxergar o conteúdo explícito que deveria ser veiculado em uma determinada época, com suas preferências e ênfases, conforme o vínculo do autor a uma determinada concepção de mundo, bem como às possibilidades de utilização em um conjunto de instituições escolares que poderiam ser mais heterogêneas ou mais homogêneas, conforme o país em que se instalavam, com suas regras específicas quanto a convivência de instituições estatais, confessionais e da sociedade civil no âmbito escolar.

No Brasil, a liberdade de ensino é uma característica permanente na história republicana, com legislação que permitiu, ao lado das instituições estatais, a existência de instituições escolares confessionais e particulares, com o entendimento que a escolarização dos filhos é uma escolha da família, o que também permitiu, por muito tempo, que os governos subsidiassem a permanência de alunos em escolas de natureza religiosa. Situação que foi interrompida mais recentemente, devido a pressões sociais relevantes desde a década de 1990. Mas, ainda que não possam mais contar com subsídios governamentais diretos, a liberdade de ensino prevalece e continua significativo o número de instituições escolares confessionais no Brasil.

A formação de professores primários, por seu turno, na maior parte da história republicana, esteve vinculada às nomeadas escolas normais, sendo que no início da República, as escolas primárias tomavam a forma de grupos escolares, com seriação e simultaneidade do ensino. Desde 1939, com a criação do Curso de Pedagogia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, que se tornaria referência para todo país, passou-se a formar os professores destas escolas normais em nível superior, por meio dos cursos de Pedagogia.

Todavia, desde meados da década de 1960, foi sendo flexibilizada a legislação, abrindo a possibilidade destes cursos de Pedagogia também formarem os professores primários, o que se consolidaria com a emergência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996.

No período compreendido entre 1939 e 2010, os manuais pedagógicos e os manuais disciplinares, tais como os de Psicologia da Educação, Biologia Educacional, Sociologia da Educação, História da Educação etc. foram instrumentos potentes na formação de professores das escolas normais, depois, desde 1971, dos professores da Habilitação Específica em Magistério, nos cursos de Pedagogia. A necessidade destes manuais, oportunizou uma série de lançamentos por diversas editoras de traduções para

a língua portuguesa de manuais disciplinares vinculados à formação de professores, o que atingiu fortemente a área de História da Educação e de História da Pedagogia, pois parecia importante para fortalecer uma área de conhecimento no âmbito universitário (Curso de Pedagogia) e escolar (Escola Normal) que ela tivesse uma longa história, desde o mundo antigo, com evolução que alcançasse a atualidade.

Assim, no início, dadas as imensas dificuldades da escrita de uma história da educação nacional, a tradução de manuais estrangeiros de sucesso pareceu a melhor estratégia para pavimentar o caminho da Pedagogia na universidade brasileira, mediante o estímulo concreto da Companhia Editora Nacional que publicou a tradução da obra de Paul Monroe, em 1939, que permaneceu como referência importante para o campo da História da Educação por um bom tempo, até que iniciativas do campo religioso aparecessem, com a publicação de obra de Louis Riboulet, pela F.T.D., em 1951. Desde estes primeiros anos, somaram-se doze traduções publicadas, por diferentes editoras, ainda que mediante a predominância de iniciativas da Companhia da Editora Nacional.³

2. Sobre as ideias políticas e educativas de Rousseau

O caráter indissociável da política em relação à educação é marcante em Rousseau, do mesmo modo, que é impossível compreender seu pensamento paradoxal sem o cotejamento entre pelo menos três textos fundamentais, a saber: Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de 1754; Emílio, ou Da Educação, de 1762; Do Contrato Social, deste mesmo ano de 1762. Sem dúvida, que há outros textos importantes redigidos por Rousseau, mas para efeito deste trabalho são estes os fundamentais.

O fato é que ele é um contratualista, preocupado com as reais condições da vida em sociedade, que, para ele, em sua época, está baseada em um pacto iníquo, sendo seu pensamento um esforço de proposição de um pacto legítimo, no qual o direito político se assentaria em uma comunidade verdadeira, “na qual a tensão entre o individual e o coletivo resolva-se na equação entre o poder e a liberdade” (Châtelet *et alli*, 2009, p. 68).

Diferentemente de Hobbes e de Locke, que vêm no estado de sociedade um avanço em relação ao estado de natureza, Rousseau enxerga na sociedade do tempo em que vive, degeneração, seja no âmbito do predomínio de interesses particulares sobre os do povo, seja na autoridade predominante dos clérigos em termos de moral.

Como resposta a este estado de coisas, advoga um esforço de superação, o que faz, em termos de proposição ideal, por meio de criação de tipos ideais em situações imaginárias, mas que, em verdade, estão associadas a uma profunda crítica da sociedade em que vive. Assim, para Rousseau, o Emílio, “constitui uma experiência educacional imaginária” (O´Hagan, 2008, p. 74), cujo objetivo seria

[...] mostrar como seria possível criar um indivíduo que pudesse agir como um agente autônomo mesmo na ordem política ilegítima de seu tempo. Visto que as

³ Para compreender a importância da série Atualidades Pedagógicas no contexto brasileiro, consultar, por exemplo, Toledo (2007) e Roballo (2012).

instituições públicas de escolas e faculdades eram irremediavelmente corruptas, a única solução era retirar tanto o aluno quanto o professor da sociedade e conduzir a experiência fora dela (O'Hagan, 2008, p. 74).

Não se tratava de uma proposta de fato, mas sim, por meio da elaboração de uma ficção, de uma crítica que poderia animar pensamentos que pudessem fomentar a ação, na direção da mudança dos fundamentos da vida em sociedade. Neste caso, o principal ponto de Rousseau, residia na ideia que a vontade de todos, deveria predominar no processo de elaboração de regras da vida em sociedade, para o que apenas leis ratificadas por todos deveriam ser a forma de exercício da liberdade, pois a lei que se prescreveria para si mesmo seria, então, liberdade.

Assim, o cerceamento da liberdade, tão presente na sociedade em Rousseau vivia, não era apenas para alguns, mas, sim, de todos, conforme escreveu ele próprio: “O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo do que eles. Como é feita esta mudança? Ignoro-o. Que é que a torna legítima? Creio poder resolver esta questão” (Rousseau, 2014, p. 10). Como tornar então este pacto iníquo em um pacto legítimo? A solução encontrada está no recurso à noção de vontade geral, como esclarece Marques (2010, p.102-103):

[...] ao aceitar os vínculos que me obrigam frente à vontade geral, eu não estaria me submetendo a uma dominação alheia e externa, mas, dado que a vontade geral é minha vontade, ou o que há de geral na minha vontade, eu continuaria obedecendo apenas a minha vontade e, por isso, permaneceria tão livre como era no estado pré-social. Mas Rousseau não se dá por satisfeito [...] com o célebre parágrafo que recomenda a coerção, pela força pública, de todo aquele que se recusar a obedecer à vontade geral, explicando que isso não é nada mais que “forçá-lo a ser livre”. [...] O que surpreende na afirmação de Rousseau não é que coerções devam ser impostas, mas que sejam *elas*, essencialmente, que tornem o homem livre [...]

Ainda que a sociedade ideal não se encontre em parte alguma, Rousseau a tipifica, a idealiza, como imaginou a educação do Emílio. Seus antecedentes históricos mais palpáveis poderiam ser encontrados nos melhores momentos da Roma Republicana, mas Rousseau tem consciência que o tempo não retroage e que não se poderia permanecer apenas na análise dos fatos, dado o caráter estático e imóvel dos mesmos. Ao invés de fatos, acidente – história, que é bem pouco linear, misturando progresso e decadência (Châtelet *et alli*, 2008, p. 67).

No que se refere a educação, Marcondes (2007) afirma que Rousseau imagina que ela tenha a função, conforme descrito no Emílio, de formação dessa vontade geral, transformando o indivíduo em cidadão, membro da comunidade, por meio da substituição da “existência física independente”, que todos nós recebemos da natureza por uma existência participativa e moral. Nas palavras de Rousseau:

Aquele que ousa empreender a instituição de um povo deve sentir-se com capacidade de, por assim dizer, mudar a natureza humana; de transformar cada indivíduo, que, por si mesmo, constitui um todo perfeito e solidário, em parte de um todo maior, do qual esse indivíduo recebe, de certa forma, a vida e o ser; de alterar a constituição do homem a fim de reforçá-la; de substituir uma existência parcial e moral à existência

física e independente que todos recebemos da Natureza. Numa palavra, é preciso que arrebate ao homem as forças que lhe são inerentes, para lhe dar forças estranhas, das quais ele não possa fazer uso sem a ajuda alheia. Quanto mais essas formas naturais estejam mortas e aniquiladas, maiores e mais duráveis são as aquisições, e também mais sólida e perfeita é a instituição; de sorte que, se cada cidadão nada é, nada pode ser sem a ajuda de todos os outros, e a forma adquirida pelo todo é igual ou superior à soma das forças naturais de todos os indivíduos, pode-se dizer que a legislação se encontra no ponto mais alto da perfeição que possa ser atingido (Rousseau, 2014, p. 57).

3. Rousseau nos manuais de História da Educação e da Pedagogia

Ao perceber o caráter diferenciado das concepções de mundo presentes nos manuais de História da Educação buscou-se um tema que ao ser abordado tivesse potencialidade para deixar estas diferenças mais evidentes. Nesse sentido, o impacto das ideias educacionais de Rousseau é um tema recorrente, evidentemente, com diferentes intensidades e abordagens, conforme pode ser examinado no **Quadro 2**.

Quadro 2 – Textos que analisam mais diretamente as ideias educativas de Rousseau nos manuais de História da Educação traduzidos para o português e publicados no Brasil entre 1939 e 2010, com identificação das páginas inicial e final, quantificação do número de páginas, percentual em relação ao total de páginas das obras e apresentação dos títulos e subtítulos.

Autor(es)- Organizadores/ Ano	Páginas sobre Rousseau	No. págs.	Págs. da obra	%	Títulos e subtítulos sobre Rousseau
Monroe, 1939.	307-337	30	463	6,5	A tendência naturalista na educação: Rousseau. 1. Relação com os movimentos e épocas anteriores; 2. A “época das luzes”; 3. A fase naturalista do movimento do século XVIII; 4. Jean-Jacques Rousseau; 5. A doutrina do “Estado Natural”; 6. O “Emile” e a educação de acordo com a natureza; 7. Alguns resultados permanentes da influência de Rousseau; 8. Os efeitos da tendência naturalista sobre as escolas.
Riboulet, 1951*.	347-361	14	562	2,5	Capítulo IV. Educadores e escritores. I. - Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Obras educativas. Emílio (Livro 1º., Livro 2º., Livro 3º. Livro 4º. Livro 5º.). Erros, inverossimilhanças e quimeras do Emílio (1. Educação de acordo com a natureza. 2. A educação negativa. 3. O caráter do aluno. 4. O papel do tutor. 5. A teoria dos castigos naturais. 6. Os períodos de educação. 7. O caráter romântico do Emílio). Méritos do Emílio. Influência do Emílio.**

Gal, 1954.	99-107	08	151	5,3	A Revolução Pedagógica.
Luzuriaga, 1955.	163-168	05	281	1,8	A pedagogia naturalista: Rousseau.
Hubert, 1957.	260-273	13	406	3,2	Jean-Jacques Rousseau.
Eby, 1962.	277-314	37	633	5,8	Rousseau: o Copérnico da civilização moderna Vida e caráter de Rousseau. Teorias políticas e sociais de Rousseau. Rousseau formula a nova educação. Objetivos educacionais de Rousseau. A educação e os períodos de desenvolvimento. Conclusão.
Ponce, 1963.	135-138	03	198	1,5	A Educação do Homem Burguês. Segunda Parte – Da Revolução Francesa ao Século XIX.
Larroyo, 1970.	515-524	09	947	0,9	Rousseau e o Naturalismo Acentuado. 1. Obras pedagógicas. 2. Concepção romântica do mundo e da vida. 3. Conceito de natureza e ideal educativo. 4. A consideração psico-pedagógica. 5. O “paidocentrismo” (a criança no centro). 6. A Educação progressiva e educação negativa. 7. Curso natural da Educação. 8. A educação feminina. 9. Resultados. 10. Valorização crítica.
Debesse; Mialeret, (Org.), 1974-7. Observação: Texto escrito por Georges Snyders.	296-302	06	559	1,0	A síntese rousseauísta. Primeira síntese: nosso mundo bom e corrompido. Segunda síntese: a criança livre e a criança vigiada. Terceira síntese: austeridade e alegria na educação.
Manacorda, 1989.	240-245	05	382	1,3	As luzes e a Enciclopédia.
Cambi, 1999.	342-355	13	701	1,8	Rousseau: o “pai” da pedagogia contemporânea. O Emílio e a “educação natural”. A educação negativa e a educação indireta. As duas pedagogias de Rousseau.
Gauthier; Tardif, (Org). 2010. Observação: Texto escrito por Stéphane Martineau.	149-172	23	527	4,3	Jean-Jacques Rousseau: o Copérnico da Pedagogia. Alguns elementos biográficos. As contribuições intelectuais de Rousseau para o seu século. Chaves para a compreensão da sua obra. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens 1755. Do Contrato Social, ou Princípios do direito político 1762. O pensamento educativo de Rousseau. Émile ou da Educação 1762. A educação como política: natureza-cultura. Os princípios na educação rousseauísta. As leis na educação rousseauísta. As consequências educativas dos princípios e das leis da pedagogia rousseauísta. Uma comparação entre a pedagogia do século XVIII e o pensamento educativo proposto por Rousseau.

Fonte: Elaborado pelo autor

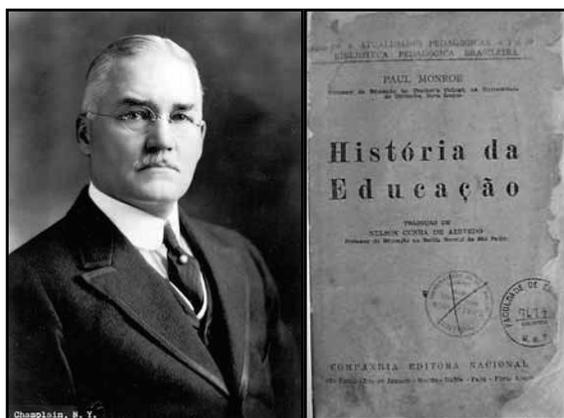
* Neste caso, o texto analisado foi o original em francês, sendo que nesta oportunidade não foi possível ter acesso à versão publicada no Brasil: RIBOULET, L. História da Pedagogia. Tradução: Justino Mendes. (Coleção de Livros Didáticos - F.T.D.). Livraria Francisco Alves; Editôra Paulo de Azevedo: Rio de Janeiro. 1951.

** Tradução feita pelo autor do original em francês: Chapitre IV. Éducateurs et Écrivains. I. - J.-J. Rousseau (1712-1778). Oeuvres pédagogiques. L'Émile (I^{er} Livre. II^{er} Livre. III^{er} Livre. IV^{er} Livre. V^{er} Livre). Erreurs, invraisemblances et chimères de l'Émile (1. L'Education selon la nature. 2. L'education negative. 3. Le caractere de l'élève. 4. Le rôle du précepteur. 5. La théorie des punitions naturelles. 6. Les périodes d'éducation. 7. Le caractère romanesque de l'Émile). Mérites de l'Émile. Influence de l'Émile.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1. A História da Educação de Paul Monroe (1939).

Figura 1 – No lado esquerdo, fotografia de Paul Monroe (1869-1947) e, no lado direito, capa da edição de 1939 da obra *História da Educação*.



Fonte: Esquerda: <http://www.tc.columbia.edu/centers/coece/index.asp?Id=About+Us&Info=A+Photographic+Exhibition> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Fotografia 14 fev. 2012).

Sob o título “A tendência naturalista na educação: Rousseau”, Monroe dedica trinta páginas de seu texto ao filósofo genebrino e ao pensamento pedagógico do mesmo. Ao iniciar a exposição, Monroe descreve a relação da pedagogia naturalista com movimentos anteriores, colocando-a em posição de destaque frente, ao Renascimento e a sua tradição livresca no campo educativo e a um “formalismo estéril” que dominava a vida social, nos seus fundamentos morais, na literatura e na religião, marcados pela desigualdade social.

Guiado em parte por sentimento pessoal e em parte pela simpatia pelo povo, Rousseau revoltou-se violentamente contra as gritantes desigualdades sociais da sua época. Propôs, em vez da lei da razão, o novo evangelho da fé na natureza, no homem do povo, e na capacidade do homem de realizar o seu próprio bem na vida (MONROE, 1939, p. 312).

Monroe (1939) relata, de forma biográfica, a aproximação de Rousseau com a doutrina do “estado natural”, o qual ocorreu em 1749, por meio de uma tese de concurso proposto pela Academia de Dijon e se aprofunda com a publicação de *Origem da*

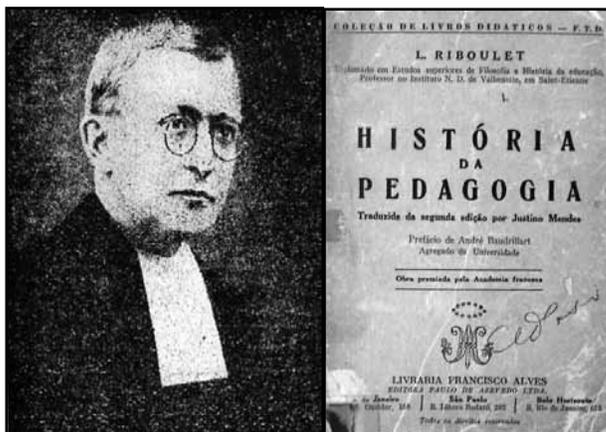
Desigualdade entre os Homens, obra que se ocupou em descrever alegoricamente o estado de uma sociedade entre homens primitivos. Desta obra, conduziram-se o principal tratado político *Do Contrato Social*, no qual expõe as doutrinas fundamentais presentes tanto na Revolução Francesa quanto na Declaração de Independência Americana e o *Emílio ou da Educação*, como componente educativo e, por isso, gerador, de uma nova sociedade que estava idealizada no seu contrato social.

Assim como as grandes doutrinas de libertação do homem do povo encontram sua origem nos ensinamentos de Rousseau, também as grandes doutrinas educativas de libertação da criança. Assim como o *Contrato Social* contém os germes da Constituição Americana, também o *Émile* contém em germe as ideias do jardim de infância, do trabalho da escola moderna e de toda concepção moderna de educação (MONROE, 1939, p. 318).

Dessa forma, Monroe encerra com brevidade a relação entre a filosofia política, o ideal comunitário de sociedade igualitária e o pensamento pedagógico de Rousseau para se aprofundar na apresentação do *Emílio*, seguindo a estrutura evolutiva da educação do jovem no retorno à natureza e na preparação para a vida em sociedade.

3.2. A História da Pedagogia de Louis Riboulet (1951)⁴

Figura 2 - No lado esquerdo, Louis Riboulet (1871-1944) e, no lado direito, capa da edição de 1951 da *História da Pedagogia*.



Fonte: Esquerda: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Louis_Riboulet_French_pedagogue.jpg?uselang=pt-br (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Fotografia 15 fev. 2012).

A *Histoire de la Pédagogie* de Louis Riboulet, foi publicado na França pela Livraria Catholique Emmanuel Vitte. Consta de sua capa a informação de que a obra teria sido premiada pela Academia Francesa. No que se refere a Rousseau, o autor inicia por afirmar

⁴ Neste caso, o texto analisado foi original em francês, sendo que nesta oportunidade não foi possível ter acesso à versão publicada no Brasil: RIBOULET, L. *História da Pedagogia* (4 volumes). Tradução: Justino Mendes. Editora Coleção F.T.D.: São Paulo. 1951.

a correspondência existente entre Rousseau e Locke, bem como por vincular o primeiro à Rabelais e a Montaigne. Em seguida, apresenta algumas poucas notas biográficas.

Depois, elenca algumas das obras pedagógicas de Rousseau, detalhando com minúcia as ideias contidas nos cinco livros do Emílio. Observa-se, em seguida, um esforço de apresentar os erros e as inverossimilhanças contidas no Emílio, opondo-se primeiramente a possibilidade de uma educação de acordo com a natureza, no intuito de proteger a criança da instrução, da sociedade e de sua própria família:

Durante a sua educação, a criança vive em contato com a natureza: animais, plantas, cenas, paisagens. Existe alguma coisa mais antinatural do que para escapar da tradição, isolar, fazer selvagem e ignorante? Em tais circunstâncias, o mestre não é, nas palavras de M.Faguet, um “guarda de fronteira”, “líder do cordão sanitário”, cuja função é proteger a criança contra a instrução, contra a sociedade, contra a sua família (Riboulet, 1925, p. 354).⁵

Na sequência aborda os problemas contidos na ideia de educação negativa, do caráter do aluno, do papel do tutor, da teoria dos castigos naturais, dos períodos de educação e, por fim, do caráter romântico do Emílio. Reconhece ainda alguns méritos no Emílio, sobretudo por Rousseau ter contribuído para a valorização dos estudos sobre a infância. Por fim, Riboulet assinalou ainda as influências do Emílio sobre Kant, Goethe, Basedow, Pestalozzi, Froebel etc.

3.3. A História da Educação de Roger Gal (1954)

Figura 3 - Capa da segunda edição brasileira, de 1960, da *História da Educação* de Roger Gal.



Fonte: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014)

⁵ Tradução do autor, a partir do original em francês: “Pendant son éducation, l’infant vivra en contact avec la nature: animaux, plantes, scènes, paysages. Est-il rien de plus antinaturel que de le soustraire à la tradition, de l’isoler, de le rendre sauvage et ignorant? Dans ce conditions, le maître n’est plus, selon l’expression de M.Faguet, qu’un “gardien de frontières”, un “chef de cordon sanitaire”, dont la fonction sera de protéger l’infant contre l’instruction, contre la société, contre sa famille même”.

Em pouco mais de doze páginas, Roger Gal (1957), autor de *História da Educação* traz, sob o título “A Revolução Pedagógica”, a síntese da educação moderna, marcada pelo evento da Revolução Francesa como ápice da transformação educativa. Dividida em três correntes, a educação moderna “rousseauiana” aparece como a segunda em ordem cronológica e “[...] a mais importante e mais interessante” (p.101) corrente pedagógica. As duas outras teorias são o sensualismo de Locke (1632-1704) e os enciclopedistas, especialmente, Diderot (1713-1784). No que se refere a Rousseau, Gal (1957) mantém a abordagem essencialmente pedagógica baseada no *Emílio ou da Educação* que é, nas palavras do autor, “[...] a mais profunda de suas obras [...] [que] colocou os fundamentos indestrutíveis da educação conforme a psicologia e a natureza” (p.101). O tratamento dispensado a Rousseau assume assim, uma forma prescritiva da educação ideal a partir de uma linguagem metodológica ou didática.

O *Emílio* segundo Gal (1957) é o redentor da criança, muito embora apareça mais enquanto sujeito aprendiz do que o homem que precisa encontrar sua liberdade. Na pormenorização que faz Rousseau de um progressivo processo de formação do homem, primeiro conforme sua natureza e depois, segundo a necessidade de se viver em meio a outros homens, Gal (1957) vê um “[...] um grande número de leis psicológicas que a ciência descobrirá, com mais vagar, porém mais seguramente, cento e cinquenta anos mais tarde (GAL, 1957, p.102). Logo, o Rousseau autor *Do Contrato Social*, defensor da ideia suprema de liberdade do homem e do vínculo que estes estabelecem em uma sociedade por meio do respeito às leis, fica em um segundo plano, pouco perceptível, senão nas entrelinhas da construção de um programa pedagógico moderno pautado pela psicologia da criança.

3.4. A *História da Educação e da Pedagogia* de Lorenzo Luzuriaga (1955)

Figura 4 - No lado esquerdo, Lorenzo Luzuriaga (1889-1959) e, no lado direito, capa da segunda edição, de 1963, da *História da Educação e da Pedagogia*.



Fonte: Esquerda: <http://www.mirabiografias.com/biografias-de-lorenzo-luzuriaga/> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014).

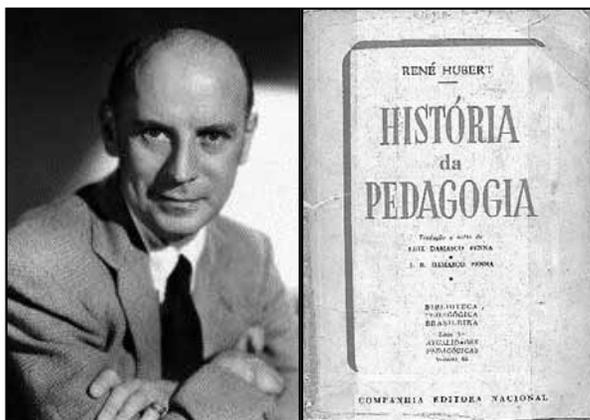
Na obra de Luzuriaga o objetivo central era o de oferecer uma visão de conjunto da história da educação e da pedagogia, tratando de relacionar a educação e as concepções sociais e culturais de cada momento histórico, conforme mencionado pelo autor:

Na exposição ativemo-nos principalmente às idéias ainda hoje valiosas, às que sobreviveram às mudanças dos tempos e podem contribuir para resolver os problemas do nosso tempo. Neste sentido, a obra tem caráter antes pragmático, sem que por isso tenhamos caído em culpa de praticismo ou partidarismo. Ao contrário, fizemos por ser os mais verazes e objetivos que pudemos ser (LUZURIAGA, 1955, p. 15).

Seja pela objetividade, seja pelo caráter pragmático, o fato é que Luzuriaga (1955) destinou pouco espaço para o pensamento pedagógico de Rousseau, sintetizando em um item com cinco páginas da “Pedagogia do século XVIII”. Sob o título de *A pedagogia naturalista: Rousseau*, Luzuriaga apresenta o filósofo a partir de uma abordagem fundamentalmente pedagógica, sobretudo, por relacioná-lo ao conjunto de fatores especificamente pedagógicos e educacionais junto a Locke, Herbart e Dewey, apesar da ressalva de não ter sido um educador. Também em Luzuriaga, do Rousseau apresentado pouco se deixa transparecer o filósofo genebrino que idealiza uma nova sociedade em que a educação é um caminho que só tem sentido de existir vinculada ao contrato social, à ideia de igualdade e liberdade. Mais uma vez, Rousseau desempenha o papel de psicólogo da educação, detalhando, por meio do *Emílio*, os processos e cuidados com o ensino e a aprendizagem da criança.

3.5. A *História da Pedagogia* de René Hubert (1957)

Figura 5 - No lado esquerdo, René Hubert (1885-1954) e, no lado direito, capa da primeira edição, de 1957, da *História da Pedagogia*.



Fonte: Esquerda: <http://autores-tge-cp.blogspot.com.br/2012/10/rene-hubert-1885-1954.html> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014).

Na mesma direção que vem seguindo os manuais até aqui apresentados, na *História da Pedagogia* de René Hubert (1957), o Rousseau pedagogo e precursor de uma psicologia da aprendizagem aparece descolado do filósofo preocupado com a formação do homem

para si mesmo capaz de viver com outros homens sob os valores supremos da igualdade e da liberdade. Esta obra, em particular, apresenta brevemente uma filiação teórica da qual Rousseau seria herdeiro, que iria de Platão a Santo Agostinho e, sobretudo, Fénelon e Montaigne.

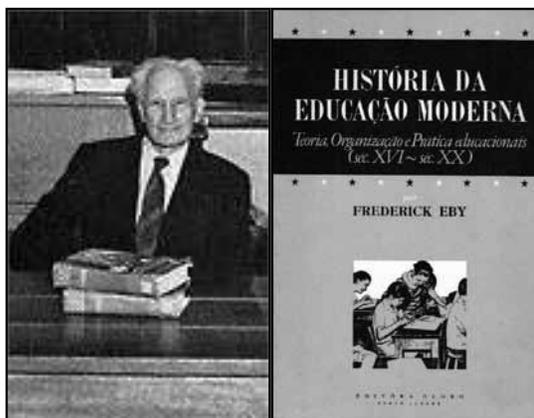
Referência comum nas obras analisadas é o próprio gênio, o qual não teria por recordações a educação que defende, mas, talvez, a educação que nunca teve e que sonhara para si. Hubert (1957) apresenta, finalmente, uma relação com a filosofia rousseauiana ao descrevê-la como uma filosofia moral e social,

[...] através do qual transparece uma tentativa de explicação do homem, de seu destino e de sua missão, cujos temas fundamentais nos parecem tomados ao pensamento religioso tradicional, mas transportados para o plano duma filosofia sociológica da história (HUBERT, 1957, p. 262).

É com ressalvas que Hubert (1957) apresenta a filosofia de Rousseau, uma filosofia que segundo ele contraria e abandona os dogmas essenciais do cristianismo, como por exemplo, o pecado original e a ação sobrenatural da graça e, mesmo no que diz respeito ao campo pedagógico, afirma não ser possível seguir indiscriminadamente suas análises psicológicas, especialmente, quanto às fases de desenvolvimento do *Emílio*.

3.6. A *História da Educação Moderna* de Frederick Eby (1962)

Figura 6 - No lado esquerdo, Frederick Eby (1874-1968) e, no lado direito, capa da primeira edição brasileira, datada de 1962, em sua segunda reimpressão, datada de 1970, da *História da Educação Moderna*.



Fonte: Esquerda: <http://mediasvc.ancestry.com/image/fb4520d8-b8d0-4c0b-8271-89f85e4cc640.jpg?Client=MCCManager&NamespaceID=1093&MaxSide=160> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014)

Em trinta e sete páginas, Eby, mediante estilo biográfico, apresenta desde a vida e o caráter de Rousseau; as teorias políticas e sociais do filósofo, especialmente, a sua contrariedade com a civilização e a valorização do homem no seu estado natural; a evolução da sociedade, bem como, a razão, a causa e a ruína humana, a função da arte e da ciência; o malefício da religião institucionalizada até a nova educação que Rousseau almeja para enfim alcançar uma sociedade livre e justa.

Deste modo, Eby enfatiza que o pessimismo rousseauiano diante de uma civilização que tem a sociedade como fonte de todo o mal, não fez com que o filósofo abolisse a sua existência. Assim, na *História da Educação*, sob o tópico “Reformas institucionais”, Eby (1952) apresenta em linhas gerais o *Contrato Social*, o sentido da liberdade pessoal, a vida coletiva e o modelo de governo viável pela vontade geral. Nas palavras do historiador da educação:

A liberdade pessoal pertence ao homem por direito natural e é, para sempre, inalienável – isto quer dizer: nunca pode ser, com justiça, perdida, vendida ou de outra forma dispensada. Por esta razão, quando o homem entrou para o estado civil, *êle* o fez por um contrato mútuo ou social. Formando assim o Estado, dois fins foram buscados: primeiro, a defesa comum; e, segundo, a preservação da liberdade original do homem (Eby, 1952, p. 286).

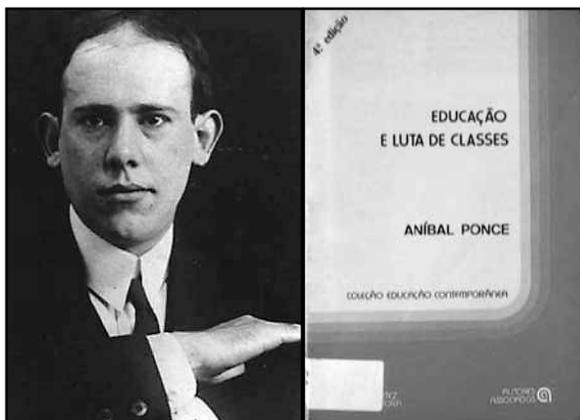
E, continua: “Rousseau concebia uma sociedade na qual a proteção seria fornecida pela cooperação da massa, mas na qual não haveria limitação à liberdade individual [...]” (Eby, 1952, p. 286) em que,

O Estado existe em virtude da “vontade geral”, que é o bem universal. As leis são apenas expressão deste interesse comum e deveriam ser aprovadas unicamente com o consentimento do povo. O Estado ideal de Rousseau é pequeno, como Esparta e Genebra. Opunha-se fortemente à política do governo representativo, pois cada indivíduo deveria ajudar na elaboração das leis. Como ele concebia a democracia, “o povo, sendo sujeito a leis, deveria ser o autor delas” (Eby, 1952, pp. 286-7).

A partir de então, coube a Eby apresentar a formulação da nova educação de Rousseau. Inicia assim, com a defesa do deslocamento do problema educativo, que, historicamente, esteve centrado no interesse do adulto em sua atividade pedagógica interventiva e, passa a reconhecer na criança, o objetivo central da busca da educação. Nesse sentido, aparecem os erros da educação centrada na pessoa adulta; a importância que assume a teoria da recapitulação; as fases do desenvolvimento que aparecem no *Emílio* e que Eby (1952) faz corresponder com a periodização da educação moderna; e, o fim último da educação de Rousseau que se resume na preservação da bondade e virtudes naturais.

3.7. *Educação e Luta de Classes* de Aníbal Ponce (1963)

Figura 7 - No lado esquerdo, Aníbal Ponce (1898-1938) e, no lado direito, capa da quarta edição brasileira, de 1983, de *Educação e Luta de Classes*.



Fonte: Esquerda: <http://www.mirabiografias.com/biografias01/anibal-ponce-2.jpg> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Fotografia 15 fev. 2012).

No capítulo “A educação do homem burguês”, Ponce narra a História da Educação no contexto da Revolução Francesa estendendo-se até o século XIX, com visão crítica em relação a Rousseau, bem como em relação ao pensamento liberal.

Para ser coerente com os ideais da classe que representava, Rousseau (1712-1778), como já o dissemos, não se incomodou com a educação das massas e sim, apenas, com a educação de um indivíduo suficientemente abastado para permitir-se o luxo de contratar um preceptor. De fato o seu Emílio era um jovem rico, que vivia das rendas e que não dava um só passo sem seu mestre (PONCE, 1963, p. 138).

Em um breve parágrafo, Ponce reduziu a teorização filosófica e pedagógica de Rousseau a um educador “fracassado”, que não levou a cabo a educação que idealizara no seu romance *Emílio*. Na mesma direção, o autor de *Educação e Luta de Classes*, ao apresentar os sucessores de Rousseau como Basedow, Filangieri e Pestalozzi investe no prenúncio que atribui a toda educação burguesa: o mesmo destino estéril que os ideais de liberdade e igualdade têm entre os homens, que para Ponce, se concretizam por meio da opressão de parcelas consideráveis da sociedade. Com isso, a obra de Ponce, dentre as apresentadas, é a que dedicou menor espaço a Rousseau. Sob o estigma do “desmascaramento”, restringe-se a desconstruir o pensamento filosófico e pedagógico do século XVIII e XIX sem possibilitar ao leitor uma compreensão dos conceitos que foram operados na época.

3.8. A *História Geral da Pedagogia* de Francisco Larroyo (1970)

Figura 8 - No lado esquerdo, Francisco Larroyo (1908-1981) e, no lado direito, capa da primeira edição brasileira, de 1970, de *História Geral da Pedagogia*.



Fonte: Esquerda: <http://pedagogia.mx/francisco-larroyo/> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Fotografia 14 fev. 2012).

Larroyo expõe no transcorrer de nove páginas o pensamento de Rousseau sob a égide do “naturalismo acentuado”. Com ênfase na formulação pedagógica, Larroyo apresenta em síntese as obras pedagógicas de Rousseau; a concepção romântica do mundo e da vida; o conceito de natureza e ideal educativo; a educação progressiva e a educação negativa a educação feminina e o paidocentrismo ou puericentrismo.

Logo, a *História Geral da Pedagogia* de Larroyo, especificamente o tomo II, investe na apresentação ao leitor de um Rousseau pedagogo desconexo do Rousseau filósofo. Exemplo disso ocorre com o conceito fundamental de “natureza” que aparece limitado a uma leitura que extrai apenas o sentido individual contido no *Emílio*.

Do mesmo modo, o historiador da educação não avança em outros temas como a vontade geral, a soberania e não apresenta relação da pedagogia com outras obras de Rousseau, nem mesmo o *Contrato Social*, obra tida como complementar ao clássico romance pedagógico.

Por fim, a teoria pedagógica rousseuniana, conforme Larroyo precisou ser revisada, sobretudo, pela “deficiente ponderação dos bens da cultura como forças modeladoras de insubstituível importância. [pois] Não existe uma natureza humana geral e abstrata: todo homem é homem numa e por uma comunidade histórica, concreta e temporal” (LARROYO, 1970, p.524).

3.9. A *História da Pedagogia*, segundo volume do *Tratado das Ciências Pedagógicas*, organizado por Maurice Debesse e Gaston Mialaret (1974-7), com capítulo sobre Rousseau redigido por Georges Snyders.

Figura 9 - No lado esquerdo, Georges Snyders (1917-2011) e, no lado direito, capa da primeira edição brasileira, de 1977, do segundo volume, intitulado *História da Pedagogia*, do *Tratado das Ciências Pedagógicas*.



Fonte: Esquerda: <http://museudaavaliacao.blogspot.com.br/p/11111111.html> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014).

O segundo volume do *Tratado das ciências pedagógicas*, organizado por Maurice Debesse e Gaston Mialaret, foi dedicado a História da Pedagogia, sendo que a parte intitulada “Síntese rousseauísta” foi redigida por Georges Snyders. O autor estruturou seu texto por meio da apresentação de três sínteses sobre o pensamento pedagógico de Rousseau. A primeira diz respeito ao mundo corrompido que deve ter como horizonte:

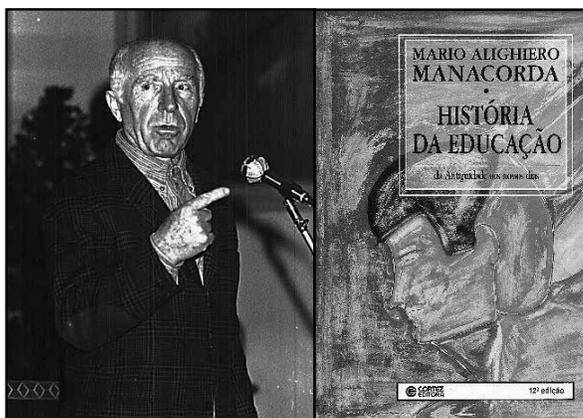
Uma regeneração da sociedade que faça a comunidade una, reconciliada ao ponto de que o indivíduo possa entregar-se inteiramente a ela; uma vontade geral que o indivíduo reconheça como sendo, ao mesmo tempo, a sua própria. Síntese entre as doutrinas que desesperavam o mundo e, pois, acabrunhavam a criança sobre o peso do pecado, e as que se achavam logo à vontade neste mundo, fechando os olhos a tanto conflito, tanta discórdia. A criança será regenerada na medida em que uma renovação social permitir, a cada indivíduo, transformar-se em livre participante de uma totalidade unida. Tal o preço de uma pedagogia verdadeiramente nova (SNYDERS, 1974, p. 297).

A segunda trata do sentido de tomar a criança enquanto ser livre e vigiado, por meio da afirmação de Snyders de que a educação “[...] não deve nem tomar o rumo contrário ao da natureza, pois a natureza é boa, nem seguir os impulsos imediatos da criança, pois, hoje a bondade desapareceu sob o efeito dos hábitos sociais[...].” (1974, p. 297). Em seguida, o autor, passou a enfatizar o processo educativo a partir do *Emílio*, expondo a relação entre o adulto e a criança, as leis das coisas, a liberdade da criança, o papel do

preceptor e a relação entre educação e sociedade. Na terceira e última síntese, buscou no *Emílio* o espírito de austeridade, alegria e o desenvolvimento do amor-próprio por meio da educação do jovem que vive o contato direto com o real e é “vigiado” constantemente, seja pela mãe, na primeira idade, seja pelo preceptor, na sequência, e pela sociedade, na vida adulta.

3.10. A *História da Educação* de Manacorda (1989)

Figura 10 - No lado esquerdo, Mario Alighiero Manacorda (1914-2013) e, no lado direito, capa da décima segunda edição brasileira, de 2006, de *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*.



Fonte: Esquerda: <http://manmessias21.blogspot.com.br/2013/02/mario-alighiero-manacorda-presente.html> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014).

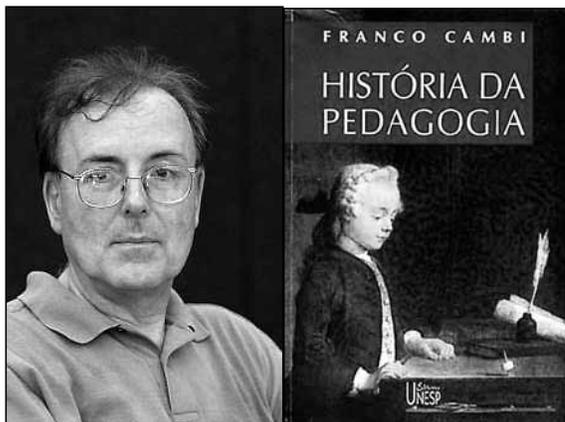
Manacorda apresenta Rousseau a partir de sua abordagem “antropológica”, isto é, focalizada no sujeito, seja criança, seja homem. O que, segundo o autor de *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*, revolucionou totalmente o destino da pedagogia, que passa a ver “o lado da criança”. Manacorda também privilegia o pensamento pedagógico de Rousseau a partir de Emílio, no entanto, ressalta que

[...] é uma simplificação banal reduzir todo o pensamento de Rousseau à visão puerocêntrica, à tomada de consciência da “natureza” da criança, se se esquece o aspecto social; e ainda pior seria reduzir seu puerocentrismo à espontaneidade e à permissividade, quanto nele há tantos outros e complexos aspectos (Manacorda, 1989, p. 243).

Mas esta prevenção mencionada por Manacorda não significou que ele tenha sido extenso na apresentação das ideias de Rousseau. Baseado, exclusivamente, no *Emílio*, Manacorda se detém em encontrar no filósofo genebrino a contradição entre aprendizagem e trabalho na formação de “um nobre senhor que ‘pode escolher’ um ofício limpo, deixando os ofícios sujos e insensatos para os outros” (Manacorda, 1989, p. 244-5).

3.11. A *História da Pedagogia* de Franco Cambi (1999)

Figura 11 - No lado esquerdo, Franco Cambi (s/i) e, no lado direito, capa da primeira edição brasileira, de 1999, de *História da Pedagogia*.



Fonte: Esquerda: http://www.quindici-molfetta.it/ImagePath.ashx?Id_NewsImmagine=28751&cw=340 (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014).

O século XVIII, frequentemente, palco para as transformações sociais alcança o lugar de destaque na *História da Pedagogia* de Cambi. Em especial, aparece como cenário a França que apresenta, segundo o autor, as mais avançadas propostas teóricas, mesmo que pouco ativas nas transformações públicas. Neste contexto, encontra-se Jean-Jacques Rousseau “[...] o ‘pai’ da pedagogia contemporânea, a figura que a influenciou de modo decisivo e radical, o autor que executou a virada explícita de sua história moderna” (CAMBI, 1999, p. 343).

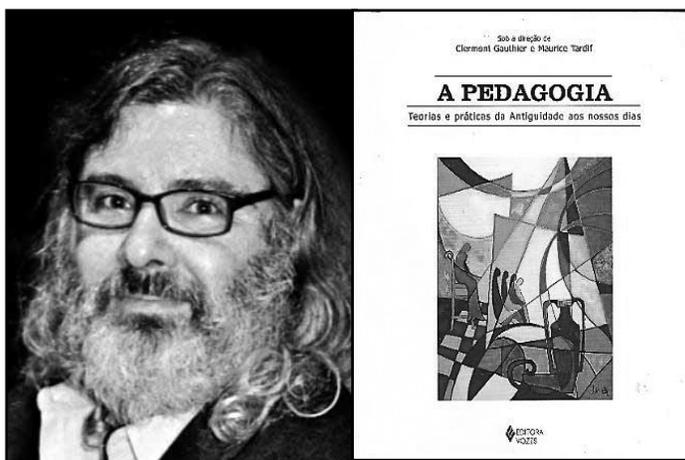
Cambi apresenta o pensamento pedagógico de Rousseau a partir da relação de dois modelos, o do *Emílio*, em que são centrais as noções de educação negativa e de educação indireta, bem como, o papel peculiar que assume o educador, e o *Contrato*, que trata de uma educação substancialmente socializada e socializadora pautada pela intervenção do Estado que, por seu turno, deve representar a vontade geral.

Política e pedagogia estão estreitamente ligados em Rousseau: uma é o pressuposto e o complemento da outra, e juntas tornam possível a reforma integral do homem e da sociedade, reconduzindo-a - por vias novas - para a recuperação da condição natural, ou seja, por vias totalmente artificiais e não ingênuas, ativadas através de um radical esforço racional. A pedagogia de Rousseau faz parte de um esboço bastante complexo da filosofia da história (baseada no princípio da decadência) e de reforma antropológico-social ao qual são dedicadas todas as grandes obras do genebrino, mesmo as do último período de sua via, saturadas de gosto romântico e de forte individualismo, que aparecem, porém, como vias posteriores para realizar a renaturalização do homem, partindo agora do simples sujeito e da sua mais íntima sensibilidade. Há em Rousseau um único e grande problema antropológico-político (Fazer o homem sair do “mal” e ativar as vias para conseguir esse remédio), em cujo centro se coloca a própria pedagogia, articulada em várias formas, mas sempre essencial para promover o retorno do homem e da sociedade à condição natural (CAMBI, 1999, p. 343-344).

Contudo, a pretensa relação entre pedagogia e política não se solidifica e o que se assiste é uma incursão ao *Contrato Social* em busca de um modelo educativo “real” e possível em contraposição à educação “ideal” e utópica do *Emílio*.

3.12. *A Pedagogia*, organizada por Clermont Gauthier e Maurice Tardif (2010), com capítulo sobre Rousseau redigido por Stéphane Martineau.

Figura 12 - No lado esquerdo, Stéphane Gauthier (s/i), no lado direito, capa da primeira edição brasileira, de 2010, de *A Pedagogia*.



Fonte: Esquerda: <https://plus.google.com/106592010479365503344/posts> (Acesso 10 abr. 2014). Direita: Acervo particular (Escâner 10 abr. 2014).

O quinto capítulo da obra organizada por Gauthier e Tardif foi redigido por Stéphane Martineau, com o título “Jean-Jacques Rousseau – o Copérnico da pedagogia”. O texto está disposto em três grandes seções, a saber: a primeira esboça um panorama do século XVIII; a segunda trata da personalidade de Rousseau e de sua biografia e; a terceira é dedicada, exclusivamente, ao pensamento educativo de Rousseau. Assim, em vinte e três páginas Martineau apresenta um extenso cenário no qual aparecem os ideais iluministas e liberais, o contexto econômico e social. Especificamente, aparecem seis páginas dedicadas ao pensamento rousseauiano em que o autor compartilha de elementos biográficos e algumas chaves para compreensão da obra de Rousseau, tais como, por exemplo, a liberdade:

[...] a liberdade é uma característica própria a todo ser humano: todos nascem livres e iguais. Essa liberdade coletiva e, assim, estende-se a toda a sociedade. Isso equivale a dizer que a soberania é inalienável e indivisível e que, conseqüentemente, os poderes devem ser a emancipação do corpo social (MARTINEAU, 2010, p. 160).

Além do conceito de liberdade ligeiramente apresentado no contexto da filosofia política rousseauiana, o autor apresenta um breve panorama acerca das obras *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de 1755 e *Do Contrato Social* de 1762, em que são apresentadas as ideias de perfectibilidade, desigualdade, o status de cidadão resguardado pela sociedade e a vontade geral, que como resguarda o autor, não deve ser tomada em correspondência “à soma das vontades individuais e dos

interesses particulares, mas, antes, à expressão da soberania do povo (de quem o legislador é o intérprete) (Martineau, 2010, p. 162). A partir de então, o autor encaminha seu texto para uma abordagem mais estritamente pedagógica. Para tanto, parte do *Emílio* para compreender a educação como política; a redescoberta do homem natural e, finalmente, apreender as consequências educativas dos princípios e das leis da pedagogia rousseauiana como, por exemplo, a criança e seus estágios de desenvolvimento, a educação ativa e o objetivo maior de toda educação que deve ser formar um homem livre.

Considerações finais

Ao finalizar o texto, fica a percepção de que apenas a menor parte dos manuais de História da Educação ou de História da Pedagogia teve êxito no estabelecimento de relações entre as ideias políticas e pedagógicas de Rousseau, o que pôde ser observado com riqueza nos textos de Eby (1962) e de Snyders (1974) e, de modo sintético e lacunar, nos textos de Monroe (1939), Manacorda (1989), Cambi (1999) e Martineau (2010).

Ao invés disso, houve predomínio de análises que privilegiaram a compreensão do pensamento rousseauiano como precursor dos desenvolvimentos futuros da psicologia do desenvolvimento humano, com destaque para a psique infantil, o que se pode perceber sobretudo nos textos de Gal (1954), Luzuriaga (1955), Hubert (1957) e Larroyo (1970).

Por sua vez, o texto de Ponce (1963) é bastante crítico em relação as ideias educativas de Rousseau e as ideias liberais de modo geral, o que se deve ao corte analítico enviesado pela forte crítica ideológica. Nesta mesma direção, mas com corte ideológico diferente, os textos oriundos do espectro católico também são críticos as ideias políticas e educacionais de Rousseau, o que compreendeu os manuais redigidos por Riboulet (1951) e Hubert (1957), ainda que ambos considerem as ideias de Rousseau importantes para a valorização e melhor compreensão da infância.

Referências

- CAMBI, F. *História da Pedagogia* (Encyclopaideia). Tradução: Álvaro Lorencini. Editora UNESP: São Paulo. 1999. 701p.
- CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O; PISIER-KOUCHNER, E. Soberania e vontade geral – o povo (Rousseau). In: *História das Ideias Políticas* (Tradução Carlos Nelson Coutinho). 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009. p. 66-79.
- EBY, F. *História da Educação Moderna: Teoria, Organização e Práticas Educacionais* (séc. XVI – séc. XX). Tradução: Maria Angela Vinagre de Almeida, Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide. Editora Globo: Porto Alegre. 1962. 633p.
- GAL, R. *História da Educação* (Coleção “Saber Atual”). Tradução: Lívio Xavier. Difusão Européia do Livro: São Paulo. 1954. 151p.

- HUBERT, R. *História da Pedagogia* (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 66). Tradução: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1957. 406p.
- LARROYO, F. *História Geral da Pedagogia*, Tomo II, com apêndice sobre a Pedagogia no Brasil de Célio Cunha (II Tomos). Tradução: Luiz Aparecido Caruso. Editora Mestre Jou: São Paulo. 1970. 947p.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia* (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 59). Tradução: Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1955. 281p.
- MANACORDA, M. A. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. Tradução: Gaetano Lo Monaco. Cortez Editora: São Paulo. 1989. 382p.
- MARCONDES, D. A filosofia política do liberalismo e a tradição iluminista. In: *Iniciação a História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 2ª. ed. (rev./ ampl.). 13ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar. p. 201-11. 2007.
- MARQUES, J.O.A. Forçar-nos a ser livres? O paradoxo da liberdade no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. São Paulo: FFLCH-USP. n.16, p. 99-114. 2010.
- MARTINEAU, Stéphane. Jean-Jacques Rousseau – o Copérnico da pedagogia. In: GAUTHIER, C.; TARDIFF, M. *A Pedagogia*. Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Tradução: Lucy Magalhães. Editora Vozes: Petrópolis/RJ. p. 149-72. 2010.
- MONROE, P. *História da Educação* (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 34). Tradução: Nelson Cunha de Azevedo. Companhia Editora Nacional: São Paulo. 1939. 463p.
- O´HAGAN, T. *Jean Jacques Rousseau (1712-78)*. In: PALMER, J.A. (Org.). *50 Grandes Educadores* (Tradução: Mirna Pinsky). 1ª. reimp. São Paulo: Contexto. 2008. p. 73-9.
- PONCE, A. *Educação e Luta de Classes* (Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos). Tradução: José Severo de Camargo Pereira. Editôra Fulgor: São Paulo. 1963. 198p.
- RIBOULET, L. *Histoire de la Pédagogie*. Paris: Librairie Catholique Emmanuel Vitte. 1925. 562p.
- ROBALLO, R.O.B. Manuais de História da Educação da Coleção Atualidade Pedagógicas (1933-1977): “Verba Volant, Scripta Manent”. *Tese de Doutorado*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2012.
- ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>. Acesso em 19 jun. 2014.
- SNYDERS, Georges. A síntese roussauísta. In: DEBESSE, M.; MIALERET, G. *Tratado de Ciências Pedagógicas*. Volume 2: História da Educação (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 3ª. Atualidades Pedagógicas, v. 114, 2º. volume dentre 8). Tradução: Carlos Rizzi, Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. Companhia Editora Nacional, São Paulo. p. 296-302. 1974.

TOLEDO, M.R.A. Circulação de Modelos de Leitura para professores: a Atualidades Pedagógicas e a Biblioteca Museu do Ensino Primário. In: 30ª. REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 2007. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3621--Int.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010. 15 p.

Recebido em abril de 2014
Aprovado em junho de 2014